



Ministério da Saúde
Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos

OFÍCIO Nº 570/2025/ASPAR/MS

Brasília, 07 de maio de 2025.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Federal Carlos Veras

Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Referência: Requerimento de Informação nº 641/2025

Assunto: informações sobre a aquisição de doses de vacina contra a dengue e sobre a baixa adesão à vacinação.

Senhor Primeiro-Secretário,

1. Cumprimentando-o cordialmente, em atenção ao Ofício nº 52/2025, proveniente da Primeira Secretaria da Câmara dos Deputados, referente ao **Requerimento de Informação nº 641/2025**, de autoria da Deputada Federal Caroline De Toni - PL/SC, por meio do qual são requisitadas informações sobre a *aquisição de doses de vacina contra a dengue e sobre a baixa adesão à vacinação*, sirvo-me do presente para encaminhar as informações prestadas pelas áreas técnicas da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, validada pelo Secretário através de Despacho (0047627219).
2. Desse modo, no âmbito do Ministério da Saúde, essas foram as informações exaradas pelo corpo técnico sobre o assunto.
3. Sem mais para o momento, este Ministério permanece à disposição para eventuais esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

Ministro de Estado da Saúde



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Rocha Santos Padilha, Ministro de Estado da Saúde**, em 08/05/2025, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0047626939** e o código CRC **791B1D44**.

Referência: Processo nº 25000.031238/2025-74

SEI nº 0047626939

Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos - ASPAR
Esplanada dos Ministérios, Bloco G - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70058-900
Site - saude.gov.br



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente
Coordenação de Demandas de Órgãos Externos de Vigilância em Saúde

DESPACHO

SVSA/COEX/SVSA/MS

Brasília, 07 de maio de 2025.

À

Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos (ASPAR/MS),

Assunto: **Requerimento de Informação nº 641/2025.**

NUP/SEI Nº 25000.031238/2025-74

1. Trata-se do Despacho ASPAR/MS (0046535565), que remete ao **Requerimento de Informação nº 641/2025**, de autoria da Deputada Federal Caroline De Toni (PL/SC), por meio do qual requisita informações **“sobre a aquisição de doses de vacina contra a dengue e sobre a baixa adesão à vacinação.”**

2. A demanda foi recepcionada nesta Secretaria e direcionada ao Departamento do Programa Nacional de Imunizações (DPNI/SVSA), de modo que a citada área técnica manifestou-se conjuntamente, por meio da Nota Técnica nº 32/2025-DPNI/SVSA/MS (0047573823), prestando os esclarecimentos em relação aos **questitos de nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13**, conforme segue:

AQUISIÇÃO DE DOSES E CRITÉRIOS TÉCNICOS

1) Quais foram os critérios técnicos e epidemiológicos utilizados para determinar a quantidade de doses de vacina contra a dengue adquiridas pelo governo, considerando os históricos de surtos e a incidência da doença?

A quantidade de doses adquiridas foram baseadas na capacidade produtiva do laboratório produtor, uma vez que o Ministério da Saúde comprou todas as doses disponíveis. Foram adquiridas 5.269.334 doses, em 2024; e, 9.029.375 doses para 2025, ou seja, o quantitativo total fabricado e disponibilizado pelo fornecedor.

2) Houve a realização de estudos de demanda, análises de custo-benefício ou simulações de cenários epidemiológicos que justificassem a quantidade adquirida? Em caso afirmativo, como esses estudos foram incorporados à tomada de decisão?

Os estudos para incorporação de uma vacina no Sistema Único de Saúde, são realizados por esta Pasta ministerial no âmbito da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde. Ressalta-se que é de competência da CONITEC/MS assessorar o Ministério da Saúde na incorporação, exclusão ou alteração pelo SUS de novas tecnologias em saúde, como medicamentos, produtos e procedimentos, como é o caso das vacinas.

Durante o processo de incorporação da vacina é considerado o cenário epidemiológico, financeiro e orçamentário para que seja possível disponibilizar doses para a população no Sistema Único de Saúde (SUS). Neste sentido, a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - CONITEC, através do Registro de Deliberação nº 868/2023 (SEI nº 0046856776) se manifestou de forma positiva à incorporação da vacina dengue (atenuada) pelos benefícios apurados. Na oportunidade, optou-se pela aquisição de todas as doses ofertadas, em que pese todo o quantitativo não ser suficiente para uma estratégia de vacinação em larga escala.

3) Quais são as bases orçamentárias que respaldaram a aquisição das doses, considerando a necessidade de cobertura vacinal adequada à realidade dos surtos, especialmente à luz dos recordes de casos e mortes ocorridos em 2024?

A aquisição dos imunobiológicos pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI) é respaldada por dotação orçamentária previamente assegurada na Lei Orçamentária Anual (LOA), aprovada pelo Congresso Nacional. Os recursos são programados e executados em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência e continuidade dos serviços públicos essenciais.

4) Em relação aos grupos alvos de vacinação, quais foram os critérios técnicos para a escolha deste público? Favor enviar material técnico elaborado que corrobore a decisão tomada.

Foram selecionados municípios de grande porte (população maior ou igual a 100 mil habitantes) com alta transmissão de dengue nos últimos dez anos, incluindo os demais municípios das suas regiões de saúde de abrangência, independentemente do porte populacional, ordenados pela predominância do sorotipo Denv-2 (reemergência recente) e pelo maior número de casos no monitoramento 2023/2024 (SE-27/2023 à SE-2/2024).

Em relação a faixa etária o Ministério da Saúde considerou as recomendações da OMS que se baseou em evidências sobre a eficácia e segurança da vacina dengue (atenuada) e constatou alta certeza de proteção em crianças e adolescentes (6-16 anos), além de considerar a taxa de hospitalização por dengue. Assim, a população-alvo foi definida para crianças e adolescentes de 10 a 14 anos vivendo nos municípios prioritários.

No mais, à época, foi elaborado o Informe Técnico Operacional contra a Dengue/2024 (SEI nº 0046868310) que contem informações detalhadas.

PLANEJAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DA CAMPANHA DE VACINAÇÃO**5) Quais estratégias logísticas e operacionais foram definidas para a distribuição e aplicação das vacinas, especialmente nas regiões mais afetadas pela dengue?**

O item 5 do Informe Técnico Operacional contra a Dengue (SEI nº 0046868310) apresenta as recomendações logísticas do Ministério da Saúde para a distribuição das vacinas da dengue em todo o País.

Ademais, cabe ressaltar que a Cadeia de Frio do Programa Nacional de Imunizações apresenta-se preparada com infraestrutura física, equipamentos de refrigeração e procedimentos logísticos de acordo com as normativas e regulamentações, o que garante a manutenção da qualidade e eficácia dos imunobiológicos. Os processos de armazenamento, conservação, distribuição e transporte são compatíveis com as especificidades das novas vacinas, o que garante que elas cheguem ao usuário, de forma segura e eficiente, preservando, assim suas características e seu potencial.

A estratégia de vacinação contra a dengue foi elaborada com base no microplanejamento para ações de vacinação de alta qualidade, partindo-se do reconhecimento da realidade local e características sociodemográficas, econômicas, sociais e necessidades dos municípios e estados.

6) Quais medidas foram implementadas para incentivar a adesão da população à vacinação, levando em consideração as dificuldades de acesso e possíveis barreiras informacionais e culturais?

O Departamento do Programa Nacional de Imunizações da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente desta Pasta ministerial recomendou aos estados e municípios a adoção da metodologia do Microplanejamento. Trata-se de uma estratégia que parte do reconhecimento da realidade local e considera as características sociodemográficas, econômicas, sociais e necessidades dos municípios e das suas menores divisões, como a área de abrangência de uma equipe da estratégia saúde da Família (esF) e Unidade Básica de saúde (UBs), para fortalecer a descentralização e a territorialização. O Microplanejamento é desenvolvido por profissionais de saúde dos diferentes níveis de atenção que compõem o Sistema Único de Saúde (SUS) e nas diversas áreas relacionadas com as imunizações, como o Programa de imunização, Vigilância epidemiológica (Ve), atenção Primária à saúde (aPs) e saúde indígena. Essa estratégia contribui para aumentar a adesão e participação da população às ações de vacinação implementadas localmente, usando linguagem apropriada e estratégias próprias de comunicação, educação em saúde e mobilização social.

7) Qual o plano para a aquisição de doses adicionais ou a intensificação da campanha vacinal, caso os índices de cobertura se mantenham abaixo do necessário para prevenir surtos em decorrência dos recordes de casos e óbitos?

O Ministério da Saúde tem adotado todas as providências para aquisição de doses da vacina dengue junto à pasta e produtores nacional e internacional.

Foram adquiridas todas as doses disponibilizadas pelo fornecedor, único registrado na Anvisa neste momento, incluindo no planejamento de 2026 e segue monitorando a disponibilidade de novas entregas. No que se refere à produção nacional, a vacina Butantan-DV do Instituto Butantan, o Ministério da Saúde monitora e apoia estreitamente o processo de submissão de registro junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para que ocorra de maneira célere, além do planejamento de produção em larga escala em conjunto com o Instituto.

Também segue sendo monitorado a situação epidemiológica do País e, à medida que existam novas disponibilidades de doses, estas serão adquiridas para implementação da proteção da população.

Dentro deste contexto destacamos o novo PAC, no qual estão previstos o investimento de R\$ 68 milhões em aumento e fortalecimento do complexo econômico-industrial da saúde e assim ampliar o acesso de vacinas contra dengue para mais cidadãos brasileiros.

Ademais, a vacinação contra a dengue no Brasil, apresenta-se como uma medida adicional para o controle e prevenção da doença. O objetivo primordial da vacinação é a redução das hospitalizações e óbitos causados pela dengue no público-alvo para vacinação. Diante disso, as demais ações existentes para o controle da dengue e sua prevenção, devem ser observados e mantidos, sejam os cuidados individuais ou comunitários que visem o controle vetorial.

Este departamento tem mantido o acompanhamento diário do registro de doses e o encaminhamento semanal desses registros aos estados para municiar a tomada de decisão dos estados e Distrito Federal, quanto à melhor estratégia de vacinação contra a dengue. No mais, os estados, municípios e Distrito Federal são recomendados a conferir a situação vacinal da dengue (atenuada) e encaminhar às unidades de vacinação as doses necessárias para garantir a imunização, no âmbito do público passível ao imunizante.

MONITORAMENTO, FISCALIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA**8) Quais mecanismos de monitoramento e avaliação estão sendo utilizados para acompanhar a eficácia da campanha de vacinação contra a dengue e a distribuição das doses?**

A eficácia da vacina dengue (atenuada) foi estimada nos ensaios clínicos de fase III e estão disponíveis nas publicações científicas, como por exemplo: TRICOU, Vianney et al. Long-term efficacy and safety of a tetravalent dengue vaccine (TAK-003): 4- 5-year results from a phase 3, randomised, double-blind, placebo-controlled trial. **The Lancet Global Health**, v. 12, n. 2, p. e257-e270, 2024. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/langlo/article/PIIS2214-109X\(23\)00522-3/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/langlo/article/PIIS2214-109X(23)00522-3/fulltext). Para acompanhar o efeito da vacina dengue (atenuada) em condições de vida real, o Ministério da Saúde está fomentando e participando de estudos observacionais que visam estimar a sua efetividade, incluindo parcerias com a secretaria municipal de saúde do Rio de Janeiro, que está realizando um estudo local e o Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (CIDACS/Fiocruz), que está analisando os dados nacionais. Além disso, está em andamento uma pesquisa sobre a efetividade da vacina dengue no estado de São Paulo que está sendo financiada pela Chamada [CNPq/DGITS/SECTICS/MS - nº 35/2024](#) - Inovação em Métodos e Desenvolvimento de Estudos em Avaliação de Tecnologias em Saúde no Brasil.

Por outro lado, o monitoramento da campanha de vacinação é realizado de forma contínua e sistemática por todas as esferas de gestão do SUS. Inclusive, os dados de vacinação são públicos e estão disponibilizados no [sítio eletrônico do Ministério da Saúde](#). Além disso, o DPNI realiza uma avaliação quinzenal que é encaminhada para os estados, contendo o número de doses aplicadas por município, permitindo o acompanhamento do desempenho da vacinação em relação ao número de doses que foram distribuídas no SUS.

9) De que forma os órgãos de controle interno e externo estão participando do acompanhamento do processo de aquisição, distribuição e aplicação das vacinas?

Os dados de vacinação são públicos e estão em grade parte, disponibilizados no site do Ministério da Saúde, o que permite o acompanhamento da população e dos Órgãos de Controle.

Ademais, os Órgãos de Controle Interno e Externo participam e acompanham ativamente as ações do Departamento do Programa Nacional de Imunizações desta Pasta ministerial, inclusive com a expedição de recomendações para adequação às ações do DPNI, ou mediante requisições de informações sobre específicas vacinas ou situações pontuais.

No mais, é possível destacar a Auditoria Operacional do TCU, realizada no Programa Nacional de Imunizações, com enfoque no exame do alcance da meta 3b do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - Saúde e Bem-Estar, autorizada mediante despacho de 24/09/2021 do Ministro Vital do Rêgo no TC 038.173/2021-2, que integrou esforço coordenado pela Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) nacionais e subnacionais: Argentina, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai, Buenos Aires, Bogotá, Itália e Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM/BA). E, que prosseguiu em 2023, com a avaliação da taxa de cobertura vacinal da população menor de 5 anos, em relação às vacinas incluídas no Programa Nacional de Imunizações.

10) Como e em que periodicidade serão divulgados os dados referentes ao estoque, à distribuição e à cobertura vacinal, de forma que a sociedade possa acompanhar a evolução da campanha e os resultados alcançados?

Para acesso as informações de distribuição, é possível consultar os dados pelo link https://infoms.saude.gov.br/extensions/SEIDIGI_DEMAS_DISTRIBUICAO_VACINA/SEIDIGI_DEMAS_DISTRIBUICAO_VACINA.html.

As informações dispostas no painel são atualizadas diariamente, essas informações referentes a atualização do painel ficam explícitas entre os filtros que podem ser aplicados e os resultados que se apresentam em gráficos e podem ser exportados como planilha.

POSSÍVEIS IRREGULARIDADES E AÇÕES CORRETIVAS

11) Quais fatores têm sido identificados como responsáveis pela baixa adesão à vacinação contra a dengue, mesmo diante do cenário alarmante de recordes de casos e óbitos em 2024?

A vacina dengue atenuada está recomendada e disponível para crianças e adolescentes de 10 a 14 anos nos serviços públicos de saúde localizados nos municípios prioritários. Essa população-alvo para vacinação, tradicionalmente, apresenta dificuldades de adesão às vacinas por diversos motivos, incluindo a hesitação vacinal que é afetada por diversos fatores, como acesso, percepção de risco, confiança nas vacinas, conjunto de crenças e questões socioculturais, além do acesso à informações confiáveis ou desinformações.

A principal estratégia para alcançar esse público-alvo é a vacinação nas escolas. Essa estratégia aumenta o acesso e promove equidade ao levar vacinas até as crianças e adolescentes, que muitas vezes não são vacinados porque os pais e responsáveis não tem tempo ou recursos para ir até os serviços públicos de vacinação. Contudo, conforme a [Nota Técnica n.7/2024](#) - CGFAM/DPNI/SVSA/MS, substituída e atualizada pela [Nota Técnica n.14/2025](#) - CGFAM/DPNI/SVSA/MS, o Ministério da Saúde contraindicou o uso dessa vacina em ações extramuros, orientando a sua aplicação apenas dentro de unidades de saúde. O Programa Nacional de Imunizações tem realizado o monitoramento contínuo e sistemático da segurança da vacinação juntamente com a Anvisa, INCQS/Fiocruz e laboratório produtor.

12) Quais ações corretivas ou estratégias de comunicação estão sendo planejadas para superar as barreiras de adesão e ampliar a cobertura vacinal?

O Ministério da Saúde realiza acompanhamento da evolução da estratégia em parceria com os estados, realizando as orientações e o apoio técnico necessário. Além disso, diversas estratégias de comunicação tem sido realizadas para promover as ações de vacinação em todo o país, incluindo o retorno do personagem Zé Gotinha. A interação com a população é fundamental para aumentar a confiança e adesão às vacinas no país. Nesse sentido, o Ministério da Saúde tem publicado peças de comunicação nas principais redes sociais, implementou um ChatBot para comunicação sobre vacinas no WhatsApp, e tem realizado refutação e desmascaramento de desinformações por meio do projeto Saúde com Ciência. Essas ações tem sido fundamentais para promover a confiança pública e aumentar a cobertura vacinal, como tem sido observado para diversas vacinas do calendário nacional de vacinação nos dois últimos anos.

13) Quais foram as falhas ou inconsistências no planejamento e na execução da campanha de vacinação que possam ter contribuído para a situação atual? Quais ações estão sendo tomadas para corrigir tais eventuais falhas?

Não se constatam falhas no planejamento ou na execução da campanha de vacinação contra a dengue. Cabe ressaltar que a Pasta ministerial adotou as medidas necessárias para aquisição de todas as doses disponíveis da vacina e oferta das mesmas à população designada ao imunizante.

Ressalta-se, ainda, a importância desta vacinação extramuros, como a vacinação nas escolas, para que seja possível atingir o público alvo recomendado.

Ainda, destaca-se a ação da Coordenação-Geral de Farmacovigilância do Departamento do Programa Nacional de Imunizações da Secretaria de Vigilância em Saúde desta pasta ministerial, tem realizado um excelente trabalho de vigilância aos Eventos Supostamente Atribuíveis à Vacinação ou Imunização (ESAVI), monitoramento da segurança das vacinas e avaliação do benefício-risco da vacinação, que permite uma melhor segurança na tomada de decisões baseadas em evidências, trabalhando de forma integrada com Anvisa e outros parceiros para garantir a segurança da vacinação no país.

3. Nesse sentido, **assentimos** com as manifestações exaradas pelas áreas técnicas desta Secretaria, restituindo o processo à ASPAR/MS, para conhecimento e providências.

4. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

MARIÂNGELA BATISTA GALVÃO SIMÃO
Secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente



Documento assinado eletronicamente por **Mariângela Batista Galvão Simão, Secretário(a) de Vigilância em Saúde e Ambiente**, em 07/05/2025, às 18:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0047627219** e o código CRC **E2528FA5**.



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2025

(Da Sra. Caroline De Toni)

Solicita informações a Ministra da Saúde, Sra. Nisia Veronica Trindade Lima, informações sobre da aquisição de doses de vacina contra a dengue e sobre a baixa adesão à vacinação.

Senhor Presidente,

Consubstanciado nos arts. 50, § 2º e 49, X da Constituição da República, bem como nos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, este ofício tem por objetivo solicitar a Vossa Excelência informações sobre da aquisição de doses de vacina contra a dengue e sobre a baixa adesão à vacinação.

Em conformidade com o disposto na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e nos princípios da legalidade, transparência, impessoalidade, moralidade e eficiência que regem a Administração Pública, venho, por meio deste requerimento, solicitar esclarecimentos acerca do processo de aquisição de doses de vacina contra a dengue e da baixa adesão à vacinação, conforme amplamente noticiado pela mídia.

A presente solicitação tem como objetivo esclarecer os critérios adotados para a aquisição das doses, os fundamentos técnicos e orçamentários utilizados e as estratégias de comunicação e distribuição da campanha, com vistas a identificar e garantir a efetividade das ações de saúde pública. Assim, pergunta-se:





- **AQUISIÇÃO DE DOSES E CRITÉRIOS TÉCNICOS:**

1) Quais foram os critérios técnicos e epidemiológicos utilizados para determinar a quantidade de doses de vacina contra a dengue adquiridas pelo governo, considerando os históricos de surtos e a incidência da doença?

2) Houve a realização de estudos de demanda, análises de custo-benefício ou simulações de cenários epidemiológicos que justificassem a quantidade adquirida? Em caso afirmativo, como esses estudos foram incorporados à tomada de decisão?

3) Quais são as bases orçamentárias que respaldaram a aquisição das doses, considerando a necessidade de cobertura vacinal adequada à realidade dos surtos, especialmente à luz dos registros de casos e mortes ocorridos em 2024?.

4) Em relação aos grupos alvos de vacinação, quais foram os critérios técnicos para a escolha deste público? Favor enviar material técnico elaborado que corrobore a decisão tomada.

- **PLANEJAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DA CAMPANHA DE VACINAÇÃO:**

5) Quais estratégias logísticas e operacionais foram definidas para a distribuição e aplicação das vacinas, especialmente nas regiões mais afetadas pela dengue?

6) Quais medidas foram implementadas para incentivar a adesão da população à vacinação, levando em consideração as dificuldades de acesso e possíveis barreiras informacionais e culturais?

7) Qual o plano para a aquisição de doses adicionais ou a intensificação da campanha vacinal, caso os índices de cobertura se mantenham abaixo do necessário para prevenir surtos em decorrência dos registros de casos e óbitos?





- **MONITORAMENTO, FISCALIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA:**

8) Quais mecanismos de monitoramento e avaliação estão sendo utilizados para acompanhar a eficácia da campanha de vacinação contra a dengue e a distribuição das doses?

9) De que forma os órgãos de controle interno e externo estão participando do acompanhamento do processo de aquisição, distribuição e aplicação das vacinas?

10) Como e em que periodicidade serão divulgados os dados referentes ao estoque, à distribuição e à cobertura vacinal, de forma que a sociedade possa acompanhar a evolução da campanha e os resultados alcançados?

- **POSSÍVEIS IRREGULARIDADES E AÇÕES CORRETIVAS:**

11) Quais fatores têm sido identificados como responsáveis pela baixa adesão à vacinação contra a dengue, mesmo diante do cenário alarmante de recordes de casos e óbitos em 2024?

12) Quais ações corretivas ou estratégias de comunicação estão sendo planejadas para superar as barreiras de adesão e ampliar a cobertura vacinal?

13) Quais foram as falhas ou inconsistências no planejamento e na execução da campanha de vacinação que possam ter contribuído para a situação atual? Quais ações estão sendo tomadas para corrigir tais eventuais falhas?

JUSTIFICAÇÃO

A presente solicitação de informações fundamenta-se na necessidade imperiosa de assegurar a máxima transparência e eficiência na gestão dos recursos públicos destinados à saúde, com especial atenção à campanha de vacinação contra a dengue, doença de elevada relevância epidemiológica e de significativo impacto social.

Os indícios veiculados na matéria publicada recentemente pelo [Valor](#) apontam para uma aquisição de doses potencialmente aquém das





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Caroline De Toni – PL/SC

Apresentação: 27/02/2025 16:24:02.960 - Mesa

RIC n.641/2025

necessidades reais da população e para uma baixa adesão à vacinação, fatos que, se confirmados, podem comprometer a eficácia das ações de prevenção e controle da dengue.

Esta situação não só coloca em risco a saúde coletiva, como também pode ocasionar impactos financeiros e operacionais significativos para o sistema público de saúde, que pode vir a enfrentar custos adicionais e dificuldades logísticas no manejo de surtos e epidemias.

Diante deste cenário, é imprescindível que o Ministério da Saúde esclareça, de forma detalhada e fundamentada, os critérios técnicos, orçamentários e operacionais que embasaram a aquisição das vacinas e a implementação da campanha de vacinação contra a dengue.

Além disso, a obtenção dessas informações é vital para confirmar se as estratégias adotadas estão alinhadas com as melhores práticas internacionais e com as evidências científicas disponíveis, assegurando que a população brasileira seja devidamente protegida contra a dengue. Ademais, a transparência neste processo contribui para a correção de eventuais falhas e para a implementação de medidas que aprimorem a resposta a futuras emergências sanitárias.

Em suma, o esclarecimento sobre esses aspectos é fundamental para que possamos garantir uma gestão pública responsável, que priorize a saúde e o bem-estar da população, otimize os investimentos realizados e assegure a aplicação dos recursos em ações eficazes de prevenção e controle da dengue.

Sala das sessões, ____/____/____

Deputada Caroline De Toni

Partido Liberal/SC



Câmara dos Deputados - Anexo III - Gabinete 772 - CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tel. (61) 3215-5772 - dep.carolinedetoni@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254085017400>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Caroline de Toni





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Primeira-Secretaria

Ofício 1ªSec/RI/E/nº 52

Brasília, 01 de abril de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
ALEXANDRE PADILHA
Ministro de Estado da Saúde

Assunto: **Requerimento de Informação**

Senhor Ministro,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, encaminho a Vossa Excelência cópia(s) do(s) seguinte(s) Requerimento(s) de Informação:

PROPOSIÇÃO	AUTOR
Requerimento de Informação nº 396/2025	Deputado Duarte Jr.
Requerimento de Informação nº 403/2025	Deputada Clarissa Tércio
Requerimento de Informação nº 409/2025	Deputado Luiz Carlos Hauly
Requerimento de Informação nº 410/2025	Deputado Dr. Frederico
Requerimento de Informação nº 412/2025	Deputada Chris Tonietto
Requerimento de Informação nº 413/2025	Deputado Capitão Alberto Neto
Requerimento de Informação nº 416/2025	Deputado Capitão Alberto Neto
Requerimento de Informação nº 418/2025	Deputado Capitão Alberto Neto
Requerimento de Informação nº 419/2025	Deputado Capitão Alberto Neto
Requerimento de Informação nº 437/2025	Deputado Capitão Alberto Neto
Requerimento de Informação nº 441/2025	Deputado Evair Vieira de Melo
Requerimento de Informação nº 450/2025	Deputado Aureo Ribeiro
Requerimento de Informação nº 459/2025	Deputado Ricardo Ayres
Requerimento de Informação nº 468/2025	Deputado Aureo Ribeiro
Requerimento de Informação nº 478/2025	Deputado Aureo Ribeiro
Requerimento de Informação nº 512/2025	Deputado Capitão Alberto Neto
Requerimento de Informação nº 523/2025	Deputada Silvia Waiãpi
Requerimento de Informação nº 529/2025	Deputada Delegada Katarina
Requerimento de Informação nº 540/2025	Deputado Capitão Alberto Neto
Requerimento de Informação nº 544/2025	Deputado Alfredo Gaspar
Requerimento de Informação nº 573/2025	Deputada Chris Tonietto

- NOTA: os Requerimentos de Informação, quando de autorias diferentes, devem ser respondidos separadamente.

/DFO





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Primeira-Secretaria

Ofício 1ªSec/RI/E/nº 52

Brasília, 01 de abril de 2025.

Requerimento de Informação nº 579/2025	Deputado Filipe Barros
Requerimento de Informação nº 585/2025	Deputada Clarissa Tércio
Requerimento de Informação nº 588/2025	Deputada Laura Carneiro
Requerimento de Informação nº 591/2025	Deputada Laura Carneiro
Requerimento de Informação nº 594/2025	Deputado Delegado Caveira
Requerimento de Informação nº 618/2025	Deputado Gustavo Gayer
Requerimento de Informação nº 640/2025	Deputada Caroline de Toni
Requerimento de Informação nº 641/2025	Deputada Caroline de Toni
Requerimento de Informação nº 649/2025	Deputado Aureo Ribeiro
Requerimento de Informação nº 650/2025	Deputado Aureo Ribeiro
Requerimento de Informação nº 655/2025	Deputada Chris Tonietto

Por oportuno, solicito, na eventualidade de a informação requerida ser de natureza sigilosa, seja enviada também cópia da decisão de classificação proferida pela autoridade competente, ou termo equivalente, contendo todos os elementos elencados no art. 28 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), ou, caso se trate de outras hipóteses legais de sigilo, seja mencionado expressamente o dispositivo legal que fundamenta o sigilo. Em qualquer caso, solicito ainda que os documentos sigilosos estejam acondicionados em invólucro lacrado e rubricado, com indicação ostensiva do grau ou espécie de sigilo.

Atenciosamente,

Deputado CARLOS VERAS
Primeiro-Secretário

- NOTA: os Requerimentos de Informação, quando de autorias diferentes, devem ser respondidos separadamente.

/DFO



Documento assinado por:
01/04/2025 17:49 - Dep. CARLOS VERAS
Selo digital de segurança: 2025-JNKQ-UEOZ-QHRL-IOUR